



Modernização, Transparência, Racionalização



## Mais rigor em compras públicas

**Mais rigor para orçamento e gastos; Simplificação de processos e Fortalecimento dos órgãos de controlo são algumas das medidas de combate a corrupção aplicáveis quando o assunto é compras públicas.**

O professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Ivan Beck, doutor em Administração e pesquisador da área de gestão pública, defende a desburocratização do sector público. É que segundo o mesmo, é nas entrelinhas de processos confusos e cheios de detalhes e exigências que se criam oportunidades para desvios. “Em licitações onde há um processo selectivo muito complexo, exigente, é onde você facilita arranjos entre empresas que vão ganhar, que vão trocar. E não se controla posteriormente essas empresas, quem ganha e quem não ganha”.

Fortalecer órgãos de controlo, com recursos humanos capacitado é outro ponto destacado pelo pesquisador para quem esses órgãos devem conhecer a realidade para ter discernimento sobre o porquê de determinadas acções. “Alguns casos são de corrupção, outros casos são de total falta de alternativa de acção, que se confunde com desvio. É preciso evitar perda de tempo de ficar procurando



gastos com café, com compra de pizza, e deixar de lado outros desvios grandes que não são coibidos.” aponta.

Beck, defende ainda a criação de leis que impeçam a “flexibilidade” para aprovar gastos por meio de rubricas “em coisas que não têm nada a ver com o interesse público”.

Para o economista Valdemir Pires, da Unesp, os orçamentos públicos devem ser “mais sérios”. “Ele se altera completamente na hora da execução. Ao final, não se tem aquilo que se planeou. Não é um instrumento nem de planeamento, nem de controlo adequado. Tem que sair da condição de rito legal e ser instrumento de planeamento e transparência.” Portanto, precisa-se mais rigor para orçamento e gastos.

# ARAP quer sistema transparente

A Lei 17/VII/2007, conhecida como Lei de Aquisições Públicas, e o seu regulamento, trouxeram ao país grandes avanços em direcção à moralização dos processos de aquisições públicas.

Em entrevista a finalizar o ano 2012, a PCA da ARAP Carla Soares de Sousa, faz um balanço positivo da actuação da ARAP e do Sistema Nacional de Aquisições Públicas, mas frisa que ainda há muito por fazer.

## **Qual a análise que faz sobre o processo de reforma da administração pública e seu impacto nas aquisições públicas?**

O processo de reforma terá forte impacto nas aquisições públicas. É uma quebra de paradigmas por forma a garantir entre outros, a modernização, integração, simplificação, a desmaterialização, e a reforma do sistema de aquisições públicas, trará benefícios à maquina pública, mas deverá ter todo um processo de capacitação para que sejam implementadas com sucesso e assim gerar os resultados que se espera.

## **As entidades públicas estão a cumprir com as regras de compras públicas?**

As entidades públicas estão a apropriar do conhecimento em matéria de aquisições públicas e a ARAP tem apoiado e acompanhado na elaboração dos documentos e verificação dos planos de aquisições públicas, bem como assegurar através de pequenas acções de formação, a passagem do conhecimento *on job*, para que num futuro próximo possam cumprir plenamente com as regras de contratação pública.



## **Quais as maiores dificuldades que a seu ver existem nos processos de compras?**

Qualquer processo de reforma, acarreta algumas complexidades iniciais, sobretudo as advenientes da mudança de mentalidade e dos procedimentos. Para além das resistências existentes, com base na auditoria feita, bem como nos acompanhamentos e supervisões, as dificuldades são basicamente na planificação das compras; na especificação técnica do que se pretende adquirir; na definição dos critérios de avaliação antes do anúncio ou convite aos fornecedores. Há outras dificuldades que se prendem com a comunicação transparente e com a necessidade de organizar e arquivar o processo de forma adequada.

## **E o que pode ser melhorado?**

Estamos a trabalhar no sentido de facilitar a condução dos processos por parte das Entidades mas também para facilitar a participação dos fornecedores, através de produção de manuais e guias mas acreditamos que, essa melhoria advirá naturalmente após a revisão da legislação e com a implementação do sistema electrónico. Teremos



diplomas mais compreensíveis e de melhor aplicação, documentos de concurso padrão simplificados e um sistema electrónico *friendly*, não só para compradores e fornecedores, mas também para equipas de júri dos concursos, auditores dos processos e todos aqueles que directa ou indirectamente utilizam o sistema.

**Os fornecedores estão a altura das exigências que a lei impõe? Quais são as limitações e quais são as soluções a seu ver que poderia ser implementado?**

Os fornecedores estão a altura de fornecer. Acredito que a dificuldade está na competitividade, talvez devido a alguma complexidade advinda da compreensão e/ou conhecimento da lei e dos documentos de concurso e, da falta de capacitação e pouca informação. Para isso a ARAP está a criar as condições para assegurar uma sã concorrência no mercado de compras públicas e fomentar a participação das MPME's nos processos de aquisições públicas. As soluções passam pela capacitação, pela divulgação e pela descomplexificação dos documentos de concurso, mas sobretudo, volto a dizer, pela implementação do sistema electrónico.

**Uma das preocupações tem a ver com a**

**transparência, como é que o sistema pode contribuir para maior transparência dos processos?**

A transparência começa com a comunicação e a atitude. As Entidades Adquirentes devem despoletar uma comunicação transparente com os fornecedores e com o público no geral, desde a planificação até a execução do contrato. O próprio sistema de compras electrónico visa promover a transparência e a publicidade dos gastos públicos.

**A actual lei das aquisições públicas prevê a promoção do desenvolvimento da produção contratação e industria de serviço o que isto quer dizer?**

É um principio legal que visa assegurar no âmbito da formação e execução de contratos a ponderação de factores que permitam o desenvolvimento de produção e contratação nacional, e constituir como um polo de desenvolvimento económico. A ARAP em sinergia com outras instituições públicas deve diligenciar no sentido das aquisições públicas puder impulsionar o mercado nacional.

Um exemplo disso é o apoio que a ARAP tem dado a FICASE no desenvolvimento de soluções para promover as compras locais sem por em causa os preceitos legais, mas possibilitando que as compras para cantinas



escolares sejam feitas localmente.

### **O que se tem feito para apoiar as pequenas e médias empresas, e como elas podem integrar no processo?**

Temos trabalhado com a ADEI no sentido de informar os microempresários sobre as formas de participação, bem assim, de como recorrer à Comissão de Resolução de Conflitos, mas também estimulando a denúncia de situações irregulares e ilegais. Temos algumas actividades no âmbito do Projecto de Capacitação de Pequenas e Médias Empresas e Governação Económica, financiada pelo Banco Mundial, no sentido de fomentar essa participação, contamos com o apoio, do Conselho Consultivo da ARAP, e ainda temos actividades no Plano de Acção de Melhoria do Ambiente de Negócios, que também reflecte essa necessidade.

### **A percepção que algumas pessoas tem é que um processo de aquisição é muito burocrático, isso corresponde a verdade?**

Quando temos procedimentos, processos e regras a cumprir, nos parece burocrático,

mas apesar de ainda existir algumas dificuldades no sistema, a ideia é simplificar esses processos e procedimentos e assegurar maior compreensão da lei, por forma a garantir a fluidez dos processos e aumentar a participação das empresas nacionais e contribuir efectivamente para a diminuição dos gastos públicos.

### **Que desafios para os próximos tempos?**

Temos vários desafios, mas a elaboração e implementação do plano estratégico seguramente vai pôr cobro à vários outros desafios, nomeadamente a de normalização, divulgação, organização, resolução de conflitos, sustentabilidade das formações e da própria ARAP, entre outros. São desafios ligados à fortes necessidades, de diminuir gastos públicos, ter uma sã concorrência no mercado e de conduzir compras públicas, de forma transparente e moderna. Já agora, aproveito para desejar a todos um feliz ano 2013, e que perante a conjuntura económica, sejamos mais transparentes na condução das compras públicas e aos operadores económicos esperamos uma maior participação.

[WWW.ARAP.CV](http://WWW.ARAP.CV)

Visite o site da ARAP no endereço acima. Dê sugestões e críticas. Se tiver denúncias sobre os processos de aquisições publicas pode fazê-lo através do site no banner denúncias.



LinkedIn

facebook